

Televisão e visibilização: como as políticas públicas e as novas tecnologias podem contribuir para democratizar a disponibilização e o acesso a conteúdos televisivos produzidos regionalmente.¹

Ana Paula Andrade²
Universidade Federal do Pará – UFPA

Resumo

A partir de uma perspectiva da região Amazônica e mais especificamente, do estado do Pará, o primeiro estado do Norte do Brasil a ter emissora de televisão, traçamos um breve perfil histórico, apoiado em Pereira (2002), da consolidação do veículo e de sua mutação de um espaço de produção de conteúdo local, para um propagador da cultura sudestina, limitando a participação de profissionais e conteúdos da região em seu próprio território. Posteriormente, refletiremos sobre políticas públicas que podem contribuir com a abertura de espaço nas grades de programação, como o fundo setorial do audiovisual, o edital TV Brasil e ainda a televisão 3.0, seriam estes uma oportunidade de reconfigurar este veículo a partir de uma perspectiva democrática e que valorize a pluralidade e riqueza cultural proporcionais a dimensão geográfica de nosso país?

Palavra-chave: Televisão; democratização; programação regional; políticas públicas; TV 3.0.

1. A história da televisão no Pará e a limitação da produção local

Sobre a primeira transmissão de televisão brasileira, acontecida em São Paulo em setembro de 1950, organizada pelo visionário Assis Chateaubriand, amplamente divulgada pela literatura especializada e também pelos veículos de comunicação, muito já conhecemos. Suas curiosidades, as autoridades presentes, os televisores espalhados em pontos estratégicos para levar o sinal da TV Tupi falam de um marco singular da comunicação no Brasil, mas uma camada mais sutil se apresenta: a TV que nasce paulista e logo depois se amplia para o Rio de Janeiro e posteriormente para outros estados, vai centralizar sua produção no eixo sudeste na quase totalidade de suas sete décadas de existência, ironicamente, a emissora que denominada como uma homenagem a cultura indígena é o prenúncio de um veículo não tão democrático assim. Há 70 anos ouvimos os apresentadores de jornais sem sotaques, assistimos a programação especial do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro e São Paulo, assistimos no jornal aos engarrafamentos

¹ Trabalho apresentado no GP 16 Estudos de Televisão do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Artes, professora do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Pará, UFPA. E-mail: anapaulaandrade@ufpa.br.

em São Paulo, vemos biótipos bem diferentes dos do norte do país, em emissoras que aos poucos vem abrindo espaço para negros e indígenas.

11 anos após a inauguração da TV Tupi, o estado do Pará será sede da primeira emissora de televisão do Norte do país. Segundo Pereira (2002), a TV Marajoara, que entrou no ar em 1961, veiculava sempre no início da noite sua programação, que durava apenas três horas por dia. Entre as exibições estavam telejornais diários, novelas e programas musicais. Tudo era apresentado ao vivo, por este fato o improviso e o empirismo faziam parte da chegada da televisão ao estado, assim como no resto do país. Segundo Pereira (2002), apesar da grande oferta de enlatados norte-americanos (séries, desenhos e filmes), no início, a programação da TV Marajoara era composta em grande parte por produções locais. Muitos artistas e profissionais vieram do rádio fazer a televisão paraense.

Essa porta para a inventividade contribuiu para a formação de grandes profissionais – como Afonso Klautau e Francisco Cezar, que, em 1987, utilizaram a experiência adquirida para formular a grade de programação da recém criada TV Cultura do Pará — mas aos poucos a equipe (que envolvia diversos profissionais, como iluminadores, atores, cenógrafos) foi diminuindo proporcionalmente à redução dos programas produzidos localmente, que passam a dar lugar aos enlatados nacionais, da matriz TV Tupi, e internacionais. O jornalismo, o esporte e os programas de variedades ainda continuaram sendo produzidos localmente por alguns anos.

Em 1967, é inaugurada a TV Guajará, como transmissora filiada à TV Globo. Temos, aí, o início da concorrência e disputa por audiência, que influenciam a economia televisiva até os dias de hoje, determinando a seleção de conteúdos exibidos. Nos anos 70, a TV Guajará perde a condição de filiada da Rede Globo, passando a transmitir a programação da TV Bandeirantes. A TV Liberal entra em cena como nova afiliada da Rede Globo. Inaugurada em abril de 1976, por Rômulo Maiorana, a TV Liberal teve pouco espaço para a produção local. Seguindo exigências da rede nacional, só produzia telejornais e programas esportivos, o que permanece até os dias de hoje, com raríssimas concessões, como programas curtos como o “É do Pará”, veiculado aos sábados, às 11:45 da manhã, e o “Bom dia Comunidade”, veiculado aos domingos às 7:30 da manhã, além de programações especiais como a transmissão do Círio e o Rainha das Rainhas, eventos culturais locais que atraem muitos patrocinadores.

A década de 80 será marcada pelo surgimento de novas emissoras no Estado, como o SBT, utilizando o canal da então extinta TV Marajoara; a TV Cultura do Pará, em fase experimental, como repetidora da TV Educativa do Rio de Janeiro; e a TV RBA (Rede Brasil Amazônia), como transmissora da Rede Manchete que posteriormente será filiada à Rede Bandeirantes. O canal evangélico, TV Boas Novas, inicia em 1995. Em 1997, chega a Belém a repetidora da Rede Record. Em 2001, surge a TV Rauland, que se filia à Rede TV! e posteriormente à TV Gazeta. Em 2002, a arquidiocese de Belém lança a TV Nazaré, uma TV católica com caráter educativo, sem fins lucrativos. Em 2006, é criada a TV Livre, nova filial da Rede TV!, que posteriormente é renomeada para Rede TV! Belém. Em 2021, a TV ALEPA, da Assembleias Legislativa do Estado, entra no ar em canal aberto.

Garantir 24h de conteúdo televisivo é um empreendimento de altíssimo custo, desta forma, os conglomerados televisivos se concentraram no Rio de Janeiro e em São Paulo, fazendo filiais por todo país. Um modelo de gestão centralizador, que distribui a programação criada pelas matrizes, deixando pouquíssimo espaço para a produção regional, que ao longo dessa história, se consolidou através dos telejornais locais.

Considerando que estes telejornais são uma das poucas janelas para a produção local, perde-se a oportunidade de utilizar um veículo de comunicação massiva, que é a TV, para dar vazão a diversidade de temas locais de interesse público, seja saúde, educação, política, turismo, cultura ou arte. As emissoras passam a cumprir uma política de agendamento centralizada nos interesses de apenas uma região, a sudeste.

Dentre as emissoras abertas, uma se apresenta como alternativa, viabilizando espaço para os paraenses se verem: a TV Cultura do Pará. Mantida com verbas do governo do estado, não tem relação de matriz-filial, como as demais emissoras, e repete o sinal da TV Cultura de São Paulo e da TV Brasil para preencher sua grade de programação, sem contratos rígidos, sobrando bastante tempo na grade da emissora para preenchimento com programas locais. É claro que outras questões influenciam nos programas produzidos localmente, como, por exemplo, a ideologia política vigente a cada novo governo. No geral, a emissora sempre mantém no ar programas focados em linguagens e manifestações artísticas. Apesar do papel fundamental da TV Cultura do Pará, ela tem sofrido com um grande sucateamento nos últimos anos, chegando ao ponto do governo do Estado levar para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) uma proposta de extinção do veículo, em dezembro de 2024. Situação que gerou revolta e manifestações entre a classe

artística, técnicos da área, comunicadores e a população em geral. Sentindo a força das manifestações o governador recuou e optou por manter a emissora educativa, afirmando que seu governo é pautado pela valorização da cultura e que manteria a emissora, porém, cortou ser orçamento em 2025 e mantém funcionários com os salários mais baixos do estado, 60% deles não chegam a receber um salário mínimo como salário base. Isso tem gerado novas manifestações.

Os danos a produtividade da emissora Cultura, prejudicam as janelas de exibição locais, que vem se reduzindo e sofrendo limitações técnicas de execução, bem como de mão-de-obra especializada.

Em “A TV aos 50”, Priolli (2003) destaca o papel da televisão regional de incentivar cultura regional, em contraposição à indústria televisiva que historicamente se concentrou no eixo Rio/ São Paulo, dando maior visibilidade ao sudeste do país. Temos, então, a TV Cultura do Pará como um exemplo de TV regional que contribui com a visibilidade da cultura e arte paraenses, afinal a distância entre Norte e Sudeste influencia muito na falta de visibilidade dos elementos culturais locais dentro das produções de alcance nacional, exibidas pelas repetidoras. A emissora consegue até mesmo levar suas produções para fora do Pará, a exemplo do clássico programa infantil Catalendas, ou mais recentemente dos programas Discoteca, de música paraense e o Cozinha Amazônia, sobre a gastronomia da região. A troca, ver e ser visto, é salutar para um país que preza sua diversidade cultural.

2. Políticas públicas e a oportunidade de democratização da televisão

Em uma de suas visitas de campanha ao estado do Pará, em um ato cultural realizado em setembro de 2022³, o presidente Lula falou ao público sobre a necessidade do Brasil conhecer a riqueza cultural da região Norte, sobre seu encantamento com as múltiplas expressões, artistas e linguagens regionais e que o Brasil merecia conhecer o Brasil. A fala que não era exatamente uma promessa de campanha, tem norteado ações do gestor. Em seu mandato, há uma constante tentativa de financiar e promover projetos em todas as regiões do país.

³ Discurso disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=612068520502754

Percebendo a televisão como um espaço que pode contribuir com a visibilização da riqueza cultural das diversas regiões do Brasil, podemos destacar três ações que contribuem para a democratização deste veículo: o edital “FSA/BRDE - PRODUÇÃO SELETIVO TV-VOD – 2024”, o Edital Nº 1/2025-EBC/TV Brasil e a implementação da TV 3.0, prevista para 2025/2026.

Na ausência de recursos para a produção audiovisual destinada não só para a televisão aberta ou fechada, mas também para os streamings ou plataformas VOD (Video por Demanda), o edital FSA/BRDE - PRODUÇÃO SELETIVO TV-VOD – 2024, é criado para fomentar produtoras brasileiras independentes, para que possam desenvolver conteúdos diversos como: ficção, animação, documentário, reality show e variedades. Aqui a democratização é pensada não só com cotas para negros, indígenas e mulheres CIS, mas também para as produções regionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. O edital traça como um de seus objetivos “a promoção da regionalização do fomento ao setor audiovisual, da participação de novos talentos e empreendedores no acesso aos recursos e da promoção da representatividade étnico-racial e de gênero nas produções nacionais”. Foram disponibilizados recursos financeiros no valor total de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), sendo que no mínimo 40% dos recursos devem ser destinados para projetos apresentados por proponentes sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É um edital relevante, pois há alguns anos temos acompanhado ações de valorização do cinema nacional com estratégia similar, a televisão recebe menos investimentos neste sentido. Outro aspecto a se destacar é a necessidade do proponente possuir um contrato prévio com uma emissora que se disponibilize a veicular o produto audiovisual que será desenvolvido após ser contemplado pelo edital. Isso se tornou um problema para muitos realizadores, que deixaram de se inscrever, pois grande parte dos canais locais não possuem espaço em suas grades de programação, sendo regulados pelas matrizes. Sobram as emissoras educativas, no caso do Pará, a TV Cultura do Pará, mas como passa por corte em seus recursos, não possui a contrapartida exigida pelo edital, que é a concessão do produto para veiculação vide pagamento de 7 a 10% do valor da obra. Este valor volta para o fundo nacional e será utilizado para novas ações de fomento ao setor. No final, voltamos ao mesmo ponto, a centralização da administração das emissoras não só em conteúdo, mas também economicamente, impacta na democratização do veículo para os produtores e obras regionais.

O segundo edital que a ser destacado é o Nº 1/2025-EBC que visa fomentar a participação de produtores em todo o território nacional para a criação de novos conteúdos a serem veiculados na TV Brasil. Este se torna mais acessível pela não necessidade de um contrato com uma emissora de televisão, já que a responsável pela veiculação será a TV Brasil. Apesar disso, há uma necessidade de adequação mínima aos interesses do canal que teve como objetivo a seleção de projetos de obras audiovisuais brasileiras de produtoras independentes, seriadas e não seriadas, dos tipos: ficção, animação e documentário. As linhas temáticas foram fechadas em: Infantil, Infanto-juvenil, Natureza e Contemplativo, Futebol Feminino, Sociedade e Cultura, Produção e Finalização de Longas-metragens e Produção de Novelas. A criação de cotas para questões raciais e de gênero foram mantidas como no edital anterior. Aqui, o recurso total disponibilizado foi de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais), mantendo-se também a cota de no mínimo 40% dos recursos para projetos apresentados por proponentes sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Apesar das temáticas mais fechadas, o edital também é um excelente exemplo de política pública visando democratizar o veículo televisivo e fomentar as produções regionais.

Outro aspecto relevante e que tem ganhado espaço nas discussões do setor audiovisual é a implantação da TV 3.0. Segundo o Ministério das Comunicações, até junho deste ano devem ser decretadas as diretrizes para como este modelo deve funcionar no Brasil, visando que ainda no início de 2026 algumas capitais já coloquem em funcionamento a TV 3.0. Resta saber em que regiões a TV 3.0 será lançada. Será que a história iniciada em 1950 se repetirá?

A TV 3.0 é uma TV muito mais interativa e para ela a indústria que produz os televisores também terá que se adequar seja na produção dos aparelhos ou na de conversores para os modelos atuais. Segundo recomendação do Fórum Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD), será adotada no país a tecnologia de transmissão do sistema norte-americano, que é a ATSC 3.0. Além de melhorar significativamente a imagem e o som, o acesso será mais interativo, deixando de existir números para os canais de TV, vamos reconhecê-los como aplicativos a serem navegados, isso permitirá também o estímulo ao comércio virtual, com plataformas de compra se conectando aos canais, novos modelos de negócio que trarão novas possibilidades de captação para as emissoras. Estas poderão disponibilizar conteúdos ao vivo e também por demanda, apesar da TV não ficar limitada a necessidade da internet, é apenas conectado, que o telespectador poderá

ter acesso a integralidade dos conteúdos. Outro ponto que precisa e deve ser debatido é a disponibilização de espaço para os conteúdos produzidos localmente, pois assim, mercados serão valorizados, bem como as múltiplas temáticas de interesse público por todas as regiões do país. É a possibilidades da população não só se ver ou escolher por conteúdos que lhe atravessam, mas também de conhecer um Brasil profundo, nunca antes adentrado pela TV aberta com tamanha complexidade. Parece que temos uma grande oportunidade de mudança nos caminhos que foram traçados pela televisão brasileira.

3. Considerações finais

Com base nos estudos desenvolvidos aos longo dos anos sobre a televisão nacional e local, é possível afirmar que apesar dos limites históricos que a televisão impôs à produção regional, o cenário atual aponta para novas possibilidades de transformação. As políticas públicas e as inovações tecnológicas, como os editais voltados às regiões periféricas e a chegada da TV 3.0, podem finalmente romper com o ciclo centralizador e permitir que a pluralidade cultural do Brasil ganhe visibilidade na tela.

É urgente e possível reconfigurar o veículo televisivo como um espaço democrático, capaz de valorizar os saberes, as linguagens e as identidades regionais, oferecendo à população o direito de se ver, se reconhecer e se orgulhar de sua própria história. As reflexões acadêmicas, devem ampliar de forma crítica e responsável os debates que nos levarão a veículos cada vez mais brasileiros de fato e de direito.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. TV 3.0 deve ser implementada em breve. Brasília, 22 mai. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-05/tv-30-deve-ser-implementada-em-breve>. Acesso em: jun. 2025.

ANDRADE, P. E NASCIMENTO, C. **Televisão Pai d'égua?** Uma análise da construção da identidade cultural paraense pela TV Cultura do Pará. 2006. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social/ Jornalismo- Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Ministério das Comunicações responde às principais dúvidas sobre a TV 3.0. Brasília, 26 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2024/abril/ministerio-das-comunicacoes-responde-as-principais-duvidas-sobre-a-tv-3.0>. Acesso em: jun. 2025.

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. **Chamada Pública BRDE/FSA – Produção Seletivo TV-VOD – 2024**. Curitiba: BRDE, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2024/11/1-CHAMADA-PUBLICA-PRODUCAO-SELETIVO-TV-2024-Final-so-com-anexo-I.pdf>. Acesso em: jun. 2025.

CNN BRASIL. Decreto da TV Digital 3.0 pode sair em junho. São Paulo, 16 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/decreto-da-tv-digital-3-0-pode-sair-em-junho/>. Acesso em: jun. 2025.

Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Edital Seleção TV Brasil: seleção de propostas para investimento do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA em projetos de produção de obras audiovisuais. Brasília, 18 mar. 2025. Disponível em: <https://selecao.tvbrasil.ebc.com.br/edital.html>. Acesso em: jun. 2025.

OLIBERAL.COM. “A cultura é central”, diz Helder Barbalho sobre Funtelpa e Fundação Cultural do Pará. Belém, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.oliberal.com/cultura/a-cultura-%C3%A9-central-diz-helder-barbalho-sobre-funtelpa-e-funda%C3%A7%C3%A3o-cultural-do-par%C3%A1-1.901706>. Acesso em: jun. 2025.

PEREIRA, J. C. (Org.). **Memória da Televisão Paraense e os 25 anos da TV Liberal**. Belém: Secult, 2002.

PRIOLLI, G. **A TV aos 50: concentração e resistência**. In: BUCCI, E. (Org.). *Televisão pública: de onde vem? Para onde vai?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 109-130.

RIBEIRO, A.; SACRAMENTO, I.; ROXO, M. **A História da Televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.